

# A INCLUSÃO DA CRIANÇA SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR

GIACOMINI, Vera M.

RU:2523506

PALOMA, Michely Isber Ruiz

## RESUMO

A escola é contextualizada como método de socialização e aprendizagem para todos, um local que é resguardado por lei, sendo obrigatória e conceituada como educação básica, enquadrada em três níveis: infantil, fundamental e médio somente a partir do ano de 1996. Porém quando trata-se de crianças com alguma deficiência essa “obrigatoriedade” que vem sendo citada desde o ano de 1934, diverge um pouco, visto que o início da inclusão de alunos com deficiência na escola, foi marcado por uma imensa exclusão, segregação e integração. A metodologia utilizada para pesquisa bibliográfica foi embasada na análise de artigos e publicações em site sobre o tema exposto, em busca de explicar quais foram as dificuldades encontradas na inclusão da criança síndrome de Down no ensino regular, a qual objetivou discussões e pensamentos que norteiam a trajetória da criança deficiente, juntamente com a postura correta a ser adotada pelos docentes e equipe escolar para concretização da inclusão.

**Palavras- Chave:** Escola. Deficiência. Inclusão. Síndrome de Down.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como tema a inclusão de alunos síndrome de Down no ensino regular, visto que o fato de ser deficiente não o impede de ter uma vida “normal”, aprofundando-se nas dificuldades encontradas pelos docentes.

A Síndrome de Down é caracterizada por uma trissomia no cromossomo 21, o que causa uma certa semelhança física entre os sujeitos com a síndrome e muitas vezes alguns acomentimentos de fala e habilidade motora, porém, com incentivo, disciplina e auxílios dos pais e profissionais, os mesmos atingem um bom desenvolvimento e autonomia em muitos âmbitos de sua vida.

A inclusão de crianças com síndrome de down precisa ser realizada no contexto escolar, para que ele possa desenvolver a sua fala, leitura, conhecimento e até mesmo socialização.

Ressalta-se que a inclusão não enquadra apenas a matrícula deste educando, mas sim na mudança de postura da escola concomitantemente com a especialização e entendimento por parte do docente de sala.

Sabe-se que inclusão não acontece se ambos não estiverem preparados, tanto os profissionais quanto o aluno em questão, pois os professores e equipe escolar carecem de uma preparação especializada para que não haja com uma conduta de preconceito ou exclusão e para que saibam maneiras e técnicas de auxiliar o desenvolvimento pessoal, social e de aprendizagem do deficiente, também sendo importante citar a parcela de abertura que o aluno em questão poderá oferecer diante a sua vontade.

Portanto, este artigo prescreta salientar além da inclusão, as dificuldades que podem aparecer durante o início, meio e fim da inserção do aluno com necessidades especiais dentro de uma instituição educacional.

Para que o objetivo desta pesquisa seja concluído, será utilizada como metodologia científica, a pesquisa bibliográfica, na qual foram usados artigos científicos e sites eletrônicos, com o intuito, de possibilitar a análise das diversidades encontradas pelos docentes e alunos diante a uma inclusão.

## **2. DEFINIÇÃO DA SÍNDROME DE DOWN**

Muitas dúvidas e falta de conhecimento sobre assunto proposto, podem advir da família da criança, dos profissionais da escola e até mesmo das outras crianças que farão parte da vida escolar do deficiente.

Portanto é importante que haja o entendimento da condição do aluno, especificamente neste caso da criança síndrome de down. Sendo assim, relatam

É a sociedade que cria os incapazes. Enquanto a maior parte das deficiências, é o produto do nascimento e de acidentes, o impacto debilitante na vida das pessoas frequentemente não é resultado tanto da “deficiência” quanto da forma como os outros definem ou tratam os indivíduos. Encarceramos centenas de milhares de pessoas com necessidades especiais em instituições de custódia. Mesmo aqueles afortunados o bastante para receber serviços na comunidade em geral encontram-se em ambiente segregadores [...].BUSCAGLIA, 1993 apud GORDON, 1974, p. 21)

A síndrome de Down é uma condição genética, causada pela presença de três cromossomos 21, podendo esta ser em todas as células ou somente em algumas, ou seja, esses indivíduos possuem 47 cromossomos em suas células, divergindo das demais pessoas, as quais possuem 46 cromossomos.

É importante ressaltar que segundo BAUTISTA, 1997 há três tipos de síndrome de down:

- Trissomia homogênea – acontece através de um erro de distribuição do material genético, que se produz no momento da fecundação, aquando a primeira divisão celular. Todas as células são idênticas. Este tipo de trissomia afecta, aproximadamente 90% dos casos.
- Mosaicismo – existe parte extra do cromossoma 21 apenas em alguma proporção das suas células. Assim, existem duas linhas celulares, uma sem trissomia 21 e outra com trissomia 21, distribuição defeituosa evidente na segunda e terceira divisão celular. Este tipo surge com cerca de 5% dos casos.
- Translocação – a parte afetada poderá ser proveniente de uma translocação Robertsoniana, quer dizer o braço longo do cromossoma 21 liga-se topo a topo com outro cromossoma acro cêntrico (cromossomas 13, 14, 15, 21 ou 22), podendo haver variabilidade na região extra. Este tipo de mutação pode surgir de novo e também pode ser herdada de um dos progenitores que não apresenta a doença, pois tem uma translocação Robertsoniana equilibrada. Este tipo só poderá ser identificado através de uma análise cromossômica – cariótica. Este tipo de trissomia tem uma incidência de 5% (BAUTISTA, 1997 p.37)

Os indivíduos diagnosticados com tal condição, podem desenvolver particularidades parecidas, tais como, aparência e maior confluência de doenças, porém, apesar de parecidos, possuem muita personalidade e divergências únicas.

Vale ressaltar que as crianças síndrome de down se tornarão jovens e adultos, são totalmente capacitados a ter uma vida “normal”, pois, estes amam, tem sentimento e também aprendem aquilo que lhes for passado.

Assim como algumas pessoas ditas “normais” precisam de mais tempo para aprendizagem seja de qual âmbito ela for. isso não muda com os indivíduos que possuem esta condição, muitos deles precisarão de mais tempo para ler, escrever, falar, entre outros anseios da vida dos seres humanos, porém não se deve

individualizarem, muito menos enquadrá-los como diferentes, mas deve-se respeitá-los e aceitar as limitações presentes.

Assim complementa Vygotsky:

Vygotsky (1997) a deficiência não pode ser reduzida aos seus componentes biológicos, como lesões cerebrais, malformações orgânicas e alterações cromossômicas, as quais ele define como deficiência primária. Para o autor, a deficiência também pode ser secundária quanto é decorrente das mediações sociais, ou seja, quando o meio sociocultural em que as crianças com deficiência estão inseridas, cria barreiras físicas, educacionais e atitudinais. (VYGOTSKY 1997 p.)

A condição de ser síndrome de Down, não os invalida como pessoas, pois os mesmos podem estudar, trabalhar, namorar, casar e até ter filhos, de acordo com sua idade e deficiência intelectual.

## **2.1 SÍNDROME DE DOWN E A EDUCAÇÃO**

Para que crianças especiais tivesse livre acesso a escolas, precisou que algumas atitudes e leis fossem tomadas pelo governo existente, pois muito se via o preconceito na sociedade a ponto de excluir essas pessoas com necessidades especiais do meio em que viviam. Por esse motivo em 1988 na Constituição da Republica Federativa do Brasil a qual decretou o “Bem estar” a todos, sem que houvesse distinção de cor, raça, sexo, idade e etc, o que envolveria a inclusão de forma geral, visto que o preconceito não deveria existir na sociedade.

De forma mais concreta no artigo 227 parágrafo I ainda da constituição de 1988, estabelece a:

[...] criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL, 1988, art. 227).

Após essas primeiras leis citadas, outras vieram para contribuir com a educação de crianças, jovens e adultos deficientes, durante a caminhada estudantil no Brasil, houveram também documentos internacionais que resguardam o alunado especial como a Declaração Mundial de educação para todos no ano de 1990 a qual

pautava-se em satisfazer a necessidade básica de aprendizagem, promover equidade de universalização de educação pelo mundo todo, entre outros conceitos igualitários, no pensamento de homogeneização, analisando o indivíduo como um todo, no qual possui dificuldades e facilidades em determinada área ou disciplina.

Desse modo, se há um amparo legislativo, o que necessariamente falta é a mudança de perspectiva da sociedade, já que durante a história, sempre houve a segregação do diferente.

Em Atenas, na Grécia Antiga, os recém-nascidos com alguma deficiência eram colocados em uma vasilha de argila e abandonados. Grandes pensadores como Platão em seu livro "A República" e Aristóteles no livro "A Política", trataram do planejamento das cidades gregas indicando que as pessoas nascidas com problemas deveriam ser eliminadas. A eliminação era por exposição, abandono ou atiradas de uma cadeia de montanhas na Grécia. O extermínio de crianças com deficiências era tão comum que, mesmo os maiores filósofos da época estavam de acordo com tal costume. (GILMARA BOAS)

Além desse exemplo, pode-se citar também o abandono de deficientes em hospitais ou asilos na sociedade feudal e quando não era suficiente, viravam moradores de ruas ou eram acolhidos por algumas famílias supersticiosas.

É nesse contexto que se percebe a naturalidade de se excluir o diferente, como o surgimento das APAEs, que por mais que o intuito seja bonito e caridoso, vai contra a proposta de inclusão.

Visto ainda muito desrespeito e preconceito, outras declarações vieram para que a inclusão fosse resguardada, como a de Salamanca que aconteceu na Espanha no ano de 1994, a qual pautou-se em políticas e práticas para educação inclusiva, representando noventa e dois países e cinco organizações em prol do apoio de alguns direitos de alunos especiais por todo o mundo. Unesco 1994:

cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação

adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.(UNESCO, 1994)

De acordo com as declarações e leis, muito se fala sobre inclusão, mas o questionamento a se fazer é se a educação regular, é inclusiva para alunos com síndrome de Down.

Inclusão é a nossa necessidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. A educação inclusiva acolhe a todos, sem exceção, além de ser possível a interação com o outro. Na inclusão, todos participam da sociedade, cada qual com suas diferenças (CAVALCANTE, 2005)

A partir desse conceito, comparando-o a sociedade brasileira, torna-se evidente o despreparo que ainda existe nas escolas públicas e privadas para receber alunos com deficiência.

Para que haja a superação dessa barreira deve haver uma mudança tanto estrutural quanto cultural para adequar todos os alunos as suas respectivas necessidades.

Observa-se, no entanto, que a lei ampara os indivíduos providos de alguma deficiência, como por exemplo, a Lei Federal 7853 que afirma sobre os direitos a educação dessas pessoas, sendo que nenhuma instituição pode recusar, sem nenhuma justificativa plausível, o acesso do PNEE à rede de ensino, sob pena de reclusão ou pagamento de multa.

A contribuição da educação inclusiva será a de proporcionar por meio de transformações sociais, a construção de um novo tipo de sociedade, capaz de rever conceitos pré-estabelecidos, desmistificando os existentes, e assim, trazendo conhecimento à sociedade atual para que as próximas gerações já tenham isso esclarecido. (LAGO; SILVA)

Com isso, vê-se a importância da inclusão do aluno síndrome de down em uma sala de aula regular, pois além de demonstrar na prática que ser diferente é normal, ainda garante benefícios para turma e escola que esta inserida, como o respeito ao outro, independente de qual seja a situação, abertura a conversas que talvez pudessem gerar constrangimento ou espanto.

Ressalta-se também que para o próprio alunado incluso, a socialização com os demais, auxilia em seu desenvolvimento social e emocional, tendo o outro como espelho a seguir.

É um enorme desafio para o sistema educacional proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento integral do indivíduo, principalmente do portador de síndrome de Down.

É necessária uma proposta que abranja a diversidade juntamente com uma equipe de profissionais capacitados para lidar com diferentes tipos de necessidades, cognitivas, físicas, emocionais e outros.

Além disso, faz-se importante a inclusão desses alunos a turma no geral, de modo a normalizar essa interação.

## **2.2 INTERAÇÃO DA FAMÍLIA E ESCOLA**

Sendo a escola uma instituição criada para transmitir a educação e aprendizagem de diferentes áreas, chamadas disciplinas e além disso é um local no qual pauta-se a socialização e potencialização das habilidades. Complementa Saviani:

“[...] não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.” (SAVIANI, 1984, p. 2).

Diante do exposto, pode-se avaliar a importância da escola para vida de todo e qualquer ser humano, inclusive para crianças diagnosticadas com alguma especificidade, pois lá que este indivíduo em questão poderá desenvolver vários âmbitos de sua vida.

Portanto é na escola que se encontra as dificuldades na área da educação e por isso é necessário que o professor deve estar atento e especializar-se cada vez mais em busca de atender a todos com igualdade.

Para que a vida escolar de qualquer criança inicie, é necessário que a família o apoie e o auxilie em tudo o que precisar, por isso, quando se trata de um indivíduo com necessidades especiais, mais do que nunca, a família precisa estar em trabalho mútuo com a escola. Entendendo do que se trata as dificuldades e como poderão saná-las ou amenizá-las para que o filho continue a frequentar uma escola, seja ela regular ou especial.

Para Voivodic e Storer (2002):

a sociedade tem dificuldade para conviver com as diferenças, pois ao longo da história criaram-se ideias preconcebidas a respeito da deficiência e isto tem influenciado no modo de relacionamento, bem como, nas atitudes e nas interações estabelecidas com as crianças com algum tipo de deficiência.

Além do auxílio da família no que tange a conferenciar o mesmo que a escola, a instituição por sua vez precisa estar apta para acolher um aluno síndrome de Down, informando a turma que receberão um novo aluno, deixando-os apar das adversidades que poderão surgir e auxiliar para que todos fiquem confortáveis e aptos para a inclusão.

Ressalta-se que a escola em buscar da promoção da inclusão, precisa tomar medidas para o sucesso. Assim diz Correia (2000, p 42):

Compreender como as incapacidades ou desvantagens afetam a aprendizagem; - Identificar as necessidades educativas e desenvolver experiências de aprendizagens prescritivas; - Individualizar a educação; - Compreender a situação emocional da criança;- Utilizar os serviços de apoio; - Promover uma comunicação efetiva com os pais; - Perceber o processo administrativo que leva a organização e gestão do ambiente e aprendizagem. (CORREIA, 2000, p 42)

Neste contexto de inclusão destacam-se alguns autores que visam o desenvolvimento de todas as crianças de forma a entender as suas necessidades.

Segundo Voivodic, (2008, p. 46):

é necessário, porém, romper com determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com síndrome de Down resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio" (VOIVODIC,2008, p. 46)

Portanto vê-se que essas crianças são totalmente capazes de aprender basta interagi-las com o meio social para que a evolução da mesma seja de forma gradual.

Segundo Vygostki :

grande parte da dificuldade das crianças com atraso mental, acontece devido ao seu isolamento e a pouca interação com o meio social, ou seja, com pessoas mais evoluídas (VYGOTSKI, 1989, p. 60 apud BOROWSKY, 2008).



Portanto, para que o aluno síndrome de Down tenha sucesso em sua caminhada escolar, é necessário além da interação do meio em que vive, que o docente seja capacitado para atuar com as diversidades dentro de uma sala de aula.

Freire (2001, p. 72) explica que:

A melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. É pensando sua prática, naturalmente com a presença pessoal altamente qualificado, que é possível perceber embutida na prática uma teoria não percebida ainda, pouco percebida ou já percebida, mas pouco assumida. (FREIRE,2001, p.72.)

Após o reconhecimento das medidas necessárias a serem tomadas pela escola, é de grande valia salientar que tanto a escola quanto os pais deste aluno, carecem de “falar a mesma língua”, sempre levando em conta as habilidades e dificuldades apresentadas pelo alunado, colocando-o em primeiro lugar sempre, auxiliando-o a possuir uma determinada autonomia.

### **2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O DOCENTE NO QUE TANGE A INCLUSÃO**

De acordo com a pesquisa realizada, vê-se que não depende somente da vontade de receber e atender um aluno síndrome de down na escola regular, na verdade vai muito além disso. Pois mesmo com as mudanças que a mesma precisará realizar, o professor, o qual é mediador do conhecimento, necessita se especializar embasando-se sempre na inclusão de todos. Para Freitas:

A escola se define como “Escola Inclusiva” em seu projeto pedagógico assume tarefas adicionais. Uma primeira decorrência é ser capaz de manter, integralmente em toda extensão e em todo tempo uma atitude de pesquisa [...] Uma segunda decorrência é ser capaz de uma compreensão radical de que seu espaço escolar engloba toda a comunidade.[...]Como terceira decorrência, a Escola inclusiva caracteriza-se pela qualidade educativa. (FREITAS, 2006, p.33)

O docente pode encontrar dificuldades diante a inclusão de um aluno síndrome de down, visto que ele precisa mediar o conteúdo para todos e também auxiliar na interação social da turma.

Para que aconteça de forma leve e contínua, o professor necessita realizar mudanças no currículo de sua disciplina, pois, a criança síndrome de down precisa de mais suporte visual e concreto para realização das atividades.

Ressalta-se que a ludicidade é importante para todo e qualquer aprenizado, portanto o uso desses materiais em sala de aula beneficiará não somente o deficiente, mas também a toda turma.

A formação continuada desses profissionais é antes de tudo uma autoformação, pois acontece no interior das escolas e a partir do que eles estão buscando para aprimorar suas práticas. Estudam e trocam experiências de trabalho e vão atualizando seus conhecimentos, dirimindo dúvidas, esclarecendo situações e, cooperativamente e coletivamente, delineando teorias próprias para explicar o modo como ensinam e as crianças aprendem. Quanto à formação inicial de professores, a inclusão de alunos com deficiência na escola regular é, no momento, um grande motivo para que as escolas de nível médio e superior remodelem seus currículos. (MANTOAN, Maria Teresa Eglér, 2001, p.8)

Sabe-se, portanto, que a inclusão deve acontecer de forma natural, o que pode causar medo e apreensão no professor vigente, mas deve-se conscientizar que a criança síndrome de down desenvolve como todas as outras, mas, precisa de estímulos um pouco mais rígidos para tal sucesso, como a fragmentação de conteúdos, instigando a repetição o que auxiliará na memória do aluno com necessidades especiais, o que não interfere na aplicação do conteúdo para os demais.

Dessa forma será apresentada uma explanação da temática proposta o que vai apoiar a aprendizagem do restante do alunado.

Para que o docente possa colocar em prática métodos que abordem a forma de ensinar, sem que haja receio em receber alunos com deficiência.

É de grande valia a especialização ou estudo na área da educação especial inclusiva, porque é através dela que ele saberá como agir, desenvolver suas aulas e promover a inclusão com todo sucesso, por parte da criança especial, da turma e de todos na escola.

Conforme Montoam:

O apoio aos professores é muito importante nesses momentos, para que o problema seja encarado na sua devida dimensão e para que se desmistifique a crença de que são os conhecimentos referentes à conceituação, tipologia das deficiências e outros temas correlatos que lhes trarão alívio e competência para ensinar a todos os alunos de uma mesma turma. Essa ajuda deve vir de outros colegas mais experientes e mesmo de pessoas que compõem o grupo de trabalho pedagógico das escolas: diretor, especialistas, mas a orientação do suporte técnico deverá recair sobre as situações práticas de ensino apontadas pelo professor e consistirá de discussões e de questionamentos sobre sua atuação em sala de aula, sempre buscando diminuir as inquietações e a acalmar o professor, para que ele não perca as reais proporções do caso que está sendo analisado. (MANTOAN, Maria Teresa Eglér, 2001, p.2)

Desta forma, compreende-se que a o papel do docente é o primordial quanto trata-se da educação inclusiva, pois, cabe a ele sensibilizar a escola e profissionais a partir de seu entendimento sobre a especificidade constatada, explorando sua empatia, sabendo como conduzir um debate no que tange a preconceito, elucidando uma prática de se importar com o outro, se ver no lugar dele, buscando respeito ao diferente.

### 3 METODOLOGIA

Visando responder a todos os objetivos em questão, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, incluindo artigos teóricos e bibliografias referente ao tema.

Ao realizar uma pesquisa, faz-se necessário informar os meios empregados na coleta de dados para sua apresentação. Desta forma, o termo pesquisa pode ser definido como “conjunto de ações que visa encontrar solução para um problema proposto usando processos científicos (KAHMEYER-MERTENS, ei aç, 2007, p.25)

Nota-se que se trata de uma pesquisa qualitativa que, em quase toda sua extensão a análise da problemática (Quais as dificuldades dos docentes na inclusão da criança Síndrome de Down?) se ancorou em fontes secundárias, ou seja, em outros autores que analisaram fontes primárias e públicas.

Segundo Denzin e Lincoln (2006):

a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Segundo Denzin e Lincoln (2006)

Os artigos foram selecionados a partir da leitura do título e do resumo, após esta primeira análise, os artigos que se enquadrarem no tema do trabalho foram selecionados, atendendo ao critério de serem disponibilizados na internet, gratuitos, podendo ser em língua portuguesa ou inglesa.

Logo após a seleção destes foi realizada a leitura na íntegra do texto, se este estiver de acordo com o tema proposto pelo trabalho será realizada um procedimento de fichamento dos trechos a serem utilizados para formulação deste trabalho.

Dessa forma complementa Malheiros (2010) a pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando que o pesquisador conheça as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o seu problema objeto de investigação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Prosseguindo para o término do respectivo trabalho e visando responder a todos os objetivos em questão, foi realizado uma pesquisa qualitativa, incluindo artigos teóricos e bibliografias referente ao tema inclusão da criança síndrome de down na escola regular. Pode-se analisar que é totalmente possível, através de um trabalho mútuo entre família e escola, pois mesmo que haja algumas dificuldades quanto a memorização do conteúdo, o professor pode embasar em muitos estudos para sanar tal divergência, buscando trabalhar ludicamente com a sala em questão.

A deficiência não impede que o indivíduo viva sua vida como qualquer outra pessoa que se diz “normal”, porque todos possuem limitações e necessidades, basta apenas respeitar e aceitar para que se concretize uma caminhada sólida.

O preconceito por sua vez, compromete o entendimento do novo ou do diferente dos demais e este só será quebrado. Com a conscientização da maioria.

Infelizmente nos dias de hoje muito se vê acontecer determinadas situações que ferem o indivíduo e em que muitas das vezes impede-o de realizar algo que aspire, porém, mesmo que ainda veja-se esses casos, pode-se averiguar que muitas pessoas Síndrome de Down, conquistaram sucesso como qualquer outra pessoa, alfabetizara-se, realizaram ensino superior, estão inseridos no mercado de trabalho e constituíram família, após casamentos e filhos, fatos como esses fazem cair por

terra todo ato de negligência da população, a qual excluí crianças, jovens e adultos com necessidades especiais da sociedade, com o falso discurso de que o indivíduo não pode alcançar sua vida profissional, social e afetiva.

Infelizmente o preconceito está enraizado nas pessoas, vindo de dentro de suas casas, através de conversas e entendimentos ultrapassados, por isso e por muitos outros motivos é importante que o estudo das deficiências esteja presente na vida de todas as pessoas, não somente nos cursos da área da educação, porque respeito, entendimento e empatia pertencem a todo e qualquer âmbito da vida dos seres humanos.

Seria plausível que o governo promovesse palestras, cursos, seminários que possuíssem o tema em questão, motivando ações que propaguem o entendimento da população, abrindo portas para a vida do deficiente e família do mesmo que além de lidar com o preconceito ainda o impede de seguir para uma carreira de sucesso.

Dessa forma muitas oportunidades de estudo e emprego para deficientes seriam fornecidas, desmistificando a falsa invalidez que o ser humano propõe a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE. Eliane Corrêa. **Importância da formação continuada no contexto de educação inclusiva.** UFSM. São Borja – RS.2007. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1039/Andrade\\_Eliane\\_Cristina\\_Correa\\_de.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20papel%20do%20professor%20%C3%A9,defici%C3%Aancia%20atrav%C3%A9s%20de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20da](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1039/Andrade_Eliane_Cristina_Correa_de.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20papel%20do%20professor%20%C3%A9,defici%C3%Aancia%20atrav%C3%A9s%20de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20da). Acesso em 16/06/2021

**Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990).** UNICEF. Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 27/07/2021

Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil: **(Lei nº 8.069/90).** Brasília, 1990

JUNIOR, Jairto V. Lima, Ana Lúcia S. **INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR.** Revista Iniciação Científica. v. 9, n. 1, 2011, Criciúma, Santa Catarina. ISSN 1678-7706. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/viewFile/1595/1508> Acesso em 22/06/2020

LAGO, Regiane A. Silva, Mara C. F. **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR.**UFFS-SEED/SC e UFFS / SEED/PR.Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24735\\_12451.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24735_12451.pdf) Acesso em 22/06/2020>

MUSSATO, Luana N. S. **A inclusão escolar do síndrome de down.** UNISALECIANO.Lins – SP.2017. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61053.pdf>. Acesso em 16/06/2021

OLIVEIRA. Wellem. **Aprendizagem e desenvolvimento da criança com síndrome de Down: representações sociais de mães e professoras.** UNIFAP. Dezembro de 2011. Macapá -AM. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v16n3/v16n3a02.pdf>. Acesso em 06/07/2021

PORTO, L. **Você já ouviu falar de método? Saiba o que é a metodologia.** 21 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://escolaeducacao.com.br/o-que-e-metodologia/> > Acesso em 07/04/2021

SANTOS, Ana Paula. C.A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR.Grupo UNIS. São Lourenço. 2020. Disponível em <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/1350/1/ANA%20PAULA%20CARVALHO%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em 27/07/2021

SAVELI, Esméria L.. TENREIRO, Maria.O.V. **ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUCIONAIS.** X congresso nacional de educação – EDUCERE. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6005\\_3511.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6005_3511.pdf). Acesso em 16/06/2021

Secretaria de Educação Especial Ministério da educação. **Lei Nº. 7.853.1989.**

**Síndrome de Down na escola: dicas e práticas de inclusão.** Instituto Neuro saber. 27 de julho de 2020. Disponível em <https://institutoneurosaber.com.br/sindrome-de-down-na-escola-dicas-e-praticas-de-inclusao/>> Acesso em 06/07/2021

**Síndrome de down o que é?** Movimento Down. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/o-que-e/>. Acesso em 16/06/2021

VUOLO. Livia M.M. **INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR.** UNESP. Rio Claro. 2017.Acesso em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156511/000898710.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>. Acesso em 27/07/2021